

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS





Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

PRESIDENTE

Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano

DIRETORA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

Larissa Andrade Mora

COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Sérgio Cheque Bernardo

COORDENADORA DE CONTABILIDADE

Lissandra Holanda Bonfim

EQUIPE TÉCNICA

Cristiani da Silva Botelho de Andrade

Daniel Leitão da Costa

Edna Maria da Cruz Duarte de Almeida

Elaine Cristina Rodrigues

Fernanda de Sousa Ferreira Mendonça

Igor Ian Leão Teixeira

Josbete Monsueth Alves dos Santos

Juliana Faustino Veiga Neves

Leonardo de Sousa Oliveira

Roberson Coelho de Abrantes

Sandra da Silva Lopes

Sérgio de Almeida Otoni

Vanderlei Padilha de Almeida

Venússia de Paula Costa



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

SUMÁRIO

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	8
1.1. Balanço Patrimonial	8
1.2. Demonstração das Variações Patrimoniais	11
1.3. Balanço Orçamentário	14
1.4. Balanço Financeiro	17
2. INFORMAÇÕES GERAIS	18
3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS	29
4. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	33
Nota 1 - Ativo	33
Nota 2 - Ativo Circulante	33
Nota 3 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	34
Nota 4 - Ajuste para Perdas dos Créd. Dano ao Patrim. Curto Prazo e Longo Prazo	35
Nota 5 - Ativo Não Circulante	43
Nota 6 - Passivo	43
Nota 7 - Passivo Circulante	44
Nota 8 - Passivo Não Circulante	46
Nota 9 - Passivo Contingente	46
Nota 10 - Receita da Folha de Benefícios	47
Nota 11 - RPV e Precatórios	49
Nota 12 - Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP)	50



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

LISTA DE SIGLAS

APS	Agência da Previdência Social
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CCONT	Coordenação de Contabilidade
CF	Constituição Federal
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CPTCE	Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DVP	Demonstração da Variação Patrimonial
DIROFL	Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística
DGPA	Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração
EPU	Encargo Previdenciário da União
IAPAS	Instituto de Admin. Financeira da Previdência e Assistência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISF	Indicador de Superávit Financeiro
ISF 'F'	Indicador de Superávit Financeiro - Financeiro
ISF 'P'	Indicador de Superávit Financeiro - Permanente
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
RGPS	Regime Geral de Previdência Social



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

RMV	Renda Mensal Vitalícia
SGPIWEB	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGA	Sistema Orgânico de Gestão de Documentos de Arquivo
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIRC	Sistema Nacional de Informações de Registro Civil
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento do Patrim. Imob. de Uso Especial da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação das Despesas com EPU e LOAS	19
Tabela 2 - Quantidade de Créditos Pagos por Espécie de Benefício	20
Tabela 3 - Relação de Fontes para Pagamento de Benefícios Administrados pelo INSS	22
Tabela 4 - Valores Pagos por Ação do Governo	24
Tabela 5 - Tabela 5 - Ativo – Composição do INSS.....	33
Tabela 6 - Ativo Circulante – Composição	34
Tabela 7 - Demais Créditos e Valores de Curto Prazo – Composição	34
Tabela 8 - Memória de Cálculo.....	36
Tabela 9 - Cálculo do Ajuste para Perdas do 1º Trimestre de 2022 - Curto Prazo	36
Tabela 10 - Ajuste Perdas Dano ao Patrimônio Curto Prazo - 1º Trimestre de 2022	37
Tabela 11 - Cálculo do Ajuste para Perdas do 1º Trimestre de 2022 - Longo Prazo	38
Tabela 12 - Ajuste Perdas Dano Patrim. Lgo. Pzo.- Demais Gerências INSS – 1º Trimestre 2022	39
Tabela 13 - Ativo Não Circulante – Composição do INSS.....	43
Tabela 14 - Passivo – Composição do INSS	43
Tabela 15 - Passivo Circulante – Composição do INSS	44
Tabela 16 - Maiores Unidades Gestoras Contratantes	45
Tabela 17 - Composição do Passivo Não Circulante	46
Tabela 18 - Ações Tratadas no Âmbito do INSS	47
Tabela 19 - Receita do Leilão – por Cód. de Recolhimento – 2022 e 2021	48
Tabela 20 - Provisão de Precatórios – Tribunais Federais	49
Tabela 21 - Despesas Patrim. de Precat. e Requis. Pequeno Vr. Trib. Fed. – 1º Tri 2022	49
Tabela 22 - Maiores Grupos de Variações Patrimoniais Aumentativas.....	50
Tabela 23 - Transferências e Delegações Recebidas.....	51
Tabela 24 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	51
Tabela 25 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	52
Tabela 26 - Maiores Grupos de Variações Patrimoniais Diminutivas	52
Tabela 27 - Transferências e Delegações Concedidas	53
Tabela 28 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais	53
Tabela 29 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo Tributário	54
Tabela 30 - Resultado Patrimonial do Período.....	55
Tabela 31 - Análise do Resultado Patrimonial do Período	55



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de Créditos Pagos – EPU e LOAS21



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 26/04/2022	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	14.125.091.841,16	6.308.830.515,42	PASSIVO CIRCULANTE	90.441.986.382,12	71.157.269.181,41
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.697.842.762,22	5.845.970.712,87	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4.656.859.516,19	4.395.429.826,12
Créditos a Curto Prazo	384.804.180,87	420.229.934,75	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	391.802.250,20	425.657.674,58	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	89.431.412,73	59.438.610,73
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-6.998.069,33	-5.427.739,83	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.306.349,08	1.091.540,96
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	41.840.333,66	42.626.213,19	Provisões a Curto Prazo	19.383,58	19.383,58
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	85.694.369.720,54	66.701.289.820,02
VPDs Pagas Antecipadamente	604.564,41	3.654,61			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.184.468.185,32	3.189.217.666,64	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	59.783.388.088,83	58.369.977.230,57
Ativo Realizável a Longo Prazo	104.774.222,33	104.337.588,10	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	36.822.162,60	36.668.618,66
Créditos a Longo Prazo	104.774.222,33	104.337.588,10	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	59.616.833.838,61	58.205.621.785,52
Demais Créditos e Valores	732.049.591,95	730.452.821,52	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	99.578.404,42	99.578.404,42
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-627.275.369,62	-626.115.233,42	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	30.153.683,20	28.108.421,97
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	150.225.374.470,95	129.527.246.411,98
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-		2021	2020
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Imobilizado	3.058.475.288,53	3.063.662.601,42	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	133.275.231,79	138.514.035,01	Resultados Acumulados	-132.915.814.444,47	-120.029.198.229,92
Bens Móveis	530.128.445,06	534.457.593,75	Resultado do Exercício	-12.816.007.952,90	53.432.226.752,46
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-396.853.213,27	-395.943.558,74	Resultados de Exercícios Anteriores	-120.029.198.229,92	-173.434.007.071,19
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-70.608.261,65	-27.417.911,19
Bens Imóveis	2.925.200.056,74	2.925.148.566,41	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	2.925.200.056,74	2.925.148.566,41	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-132.915.814.444,47	-120.029.198.229,92
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	21.218.674,46	21.217.477,12			
Softwares	21.218.674,46	21.217.477,12			
Softwares	21.218.674,46	21.217.477,12			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSION 26/04/2022	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	17.309.560.026,48	9.498.048.182,06	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.309.560.026,48	9.498.048.182,06

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	13.724.133.559,98	5.872.261.510,63	PASSIVO FINANCEIRO	60.749.247.866,96	3.798.821.637,19
ATIVO PERMANENTE	3.585.426.466,50	3.625.786.671,43	PASSIVO PERMANENTE	146.695.062.003,49	126.240.009.584,95
SALDO PATRIMONIAL	190.134.749.843,97	120.540.783.040,08			

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	57.828.435.367,40	1.905.369.692,23	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.652.930.947,74	1.463.448.125,25
Atos Potenciais Ativos	57.828.435.367,40	1.905.369.692,23	Atos Potenciais Passivos	1.652.930.947,74	1.463.448.125,25
Garantias e Contragarantias Recebidas	167.630.179,13	166.455.691,16	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	57.643.443.572,11	1.721.535.784,91	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	1.156.482,67	1.156.482,67
Direitos Contratuais	17.361.616,16	17.378.216,16	Obrigações Contratuais	1.651.774.465,07	1.462.291.642,58
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	57.828.435.367,40	1.905.369.692,23	TOTAL	1.652.930.947,74	1.463.448.125,25

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-229.689.087,70
Recursos Vinculados	-46.795.425.219,28
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-55.135.817.173,73
Previdência Social (RPPS)	-64.509.980,72
Previdência Social (RGPS)	7.076.290.797,76
Dívida Pública	-6.405.285,88
Alienação de Bens e Direitos	192.654,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2022 PERIODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)

TITULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 26/04/2022 PAGINA 3

SUBTITULO 37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	1.334.823.769,29
TOTAL	-47.025.114.306,98



EXERCÍCIO 2022	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 26/04/2022	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	201.685.256.142,25	192.215.070.001,96
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.104.705.985,90	635.248.153,37
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.104.705.985,90	635.248.153,37
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	8.250.509,53	1.234.273,81
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	6.700.320,47	35.406,12
Variações Monetárias e Cambiais	1.492.719,62	1.193.653,46
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	57.469,44	5.214,23
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	200.409.512.132,73	191.300.824.967,13
Transferências Intragovernamentais	200.404.419.214,94	191.298.527.413,55
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	5.092.917,79	2.297.553,58
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	26.349.859,42	40.057.533,47
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	30.581,12	103.775,50
Ganhos com Desincorporação de Passivos	26.319.278,30	39.953.757,97
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	136.437.654,67	237.705.074,18
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCÍCIO 2022	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 26/04/2022	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	546.416,15	626.644,53
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	135.891.238,52	237.078.429,65
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	214.501.264.095,15	208.661.413.391,83
Pessoal e Encargos	820.336.765,89	841.455.414,08
Remuneração a Pessoal	637.762.002,12	664.343.753,44
Encargos Patronais	130.653.577,34	135.268.737,20
Benefícios a Pessoal	38.137.519,57	39.748.411,56
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	13.783.666,86	2.094.511,88
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	20.146.274.822,16	18.109.933.134,04
Aposentadorias e Reformas	1.182.613.141,90	1.193.453.393,26
Pensões	468.078.381,69	478.410.737,44
Benefícios de Prestação Continuada	18.486.531.143,25	16.426.020.255,66
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.052.155,32	12.048.747,68
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	338.958.402,53	351.810.534,66
Uso de Material de Consumo	3.079.015,15	6.617.287,63
Serviços	329.108.759,98	338.081.307,46
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.770.627,40	7.111.939,57
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.411.745.247,57	269.376.499,60
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	446.458,88	78.339,21
Variações Monetárias e Cambiais	1.411.261.218,78	269.297.149,73
Descontos Financeiros Concedidos	-	1.010,66
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	37.569,91	-
Transferências e Delegações Concedidas	172.818.695.840,99	172.109.454.431,76
Transferências Intragovernamentais	172.813.140.719,54	172.106.873.539,55
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	76.655,46	104.569,28
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	5.478.465,99	2.476.322,93
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	18.940.987.274,50	16.952.498.458,22
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	3.276.881,85	3.518.690,41
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	741.468,82	67,60
Incorporação de Passivos	18.935.834.817,94	16.947.552.445,08
Desincorporação de Ativos	1.134.105,89	1.427.255,13



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Tributárias	11.659.905,47	6.997.627,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	257.094,88	150.242,01
Contribuições	11.402.810,59	6.847.385,28
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	12.605.836,04	19.887.292,18
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	12.605.836,04	19.887.292,18
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-12.816.007.952,90	-16.446.343.389,87

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2022	2021



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 26/04/2022	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	5.975.908.957,00	5.975.908.957,00	1.105.189.637,56	-4.870.719.319,44
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	5.938.940.386,00	5.938.940.386,00	1.103.503.832,13	-4.835.436.553,87
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	4.949.629,00	4.949.629,00	1.154.925,58	-3.794.703,42
Valores Mobiliários	3.317.398,00	3.317.398,00	-74,21	-3.317.472,21
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	5.930.673.359,00	5.930.673.359,00	1.102.348.980,76	-4.828.324.378,24
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	31.690.177,00	31.690.177,00	689.765,52	-31.000.411,48
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	31.690.177,00	31.690.177,00	689.765,52	-31.000.411,48
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	5.278.394,00	5.278.394,00	996.039,91	-4.282.354,09
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.024.515,00	5.024.515,00	304.482,95	-4.720.032,05
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	241.399,00	241.399,00	170.850,07	-70.548,93
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	12.480,00	12.480,00	520.706,89	508.226,89
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 26/04/2022	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	5.975.908.957,00	5.975.908.957,00	1.105.189.637,56	-4.870.719.319,44
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	5.975.908.957,00	5.975.908.957,00	1.105.189.637,56	-4.870.719.319,44
DEFICIT			76.831.465.572,94	76.831.465.572,94
TOTAL	5.975.908.957,00	5.975.908.957,00	77.936.655.210,50	71.960.746.253,50
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	13.192.542.877,00	13.192.542.877,00	77.929.392.923,49	21.104.037.345,61	17.677.376.171,33	-64.736.850.046,49
Pessoal e Encargos Sociais	10.784.032.377,00	10.784.032.377,00	4.865.621.494,65	2.180.938.237,13	1.609.253.229,59	5.918.410.882,35
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.408.510.500,00	2.408.510.500,00	73.063.771.428,84	18.923.099.108,48	16.068.122.941,74	-70.655.260.928,84
DESPESAS DE CAPITAL	26.000.000,00	26.000.000,00	7.262.287,01	2.134.255,77	2.134.255,77	18.737.712,99
Investimentos	26.000.000,00	26.000.000,00	7.262.287,01	2.134.255,77	2.134.255,77	18.737.712,99
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	108.483.390,00	108.483.390,00	-	-	-	108.483.390,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	13.327.026.267,00	13.327.026.267,00	77.936.655.210,50	21.106.171.601,38	17.679.510.427,10	-64.609.628.943,50
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	13.327.026.267,00	13.327.026.267,00	77.936.655.210,50	21.106.171.601,38	17.679.510.427,10	-64.609.628.943,50



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022 PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

EMISSAO 26/04/2022 PAGINA 3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	13.327.026.267,00	13.327.026.267,00	77.936.655.210,50	21.106.171.601,38	17.679.510.427,10	-64.609.628.943,50

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	54.396.132,75	425.001.503,38	121.732.648,20	120.595.603,47	2.464.240,67	356.337.791,99
Pessoal e Encargos Sociais	10.707.001,52	68.288.609,42	4.801.695,31	4.801.695,31	-	74.193.915,63
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	43.689.131,23	356.712.893,96	116.930.952,89	115.793.908,16	2.464.240,67	282.143.876,36
DESPESAS DE CAPITAL	14.682.554,28	23.495.267,44	2.565.866,95	2.326.885,58	-	35.850.936,14
Investimentos	14.682.554,28	23.495.267,44	2.565.866,95	2.326.885,58	-	35.850.936,14
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	69.078.687,03	448.496.770,82	124.298.515,15	122.922.489,05	2.464.240,67	392.188.728,13

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	15.276.195,37	3.185.265.308,04	3.185.062.015,44	201.212,46	15.278.275,51
Pessoal e Encargos Sociais	1.453.814,14	578.635.926,08	578.617.072,10	7.685,19	1.464.982,93
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	13.822.381,23	2.606.629.381,96	2.606.444.943,34	193.527,27	13.813.292,58
DESPESAS DE CAPITAL	165.123,01	14.042,50	12.400,00	-	166.765,51
Investimentos	165.123,01	14.042,50	12.400,00	-	166.765,51
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	15.441.318,38	3.185.279.350,54	3.185.074.415,44	201.212,46	15.445.041,02



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 26/04/2022	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	1.105.189.637,56	689.405.032,40	Despesas Orçamentárias	77.936.655.210,50	69.332.835.387,14
Ordinárias	-	-	Ordinárias	173.303.765,89	26.902.218,93
Vinculadas	1.105.325.411,68	689.413.577,92	Vinculadas	77.763.351.444,61	69.305.933.168,21
Seguridade Social (Exceto Previdência)	123.651,08	53.403.705,27	Seguridade Social (Exceto Previdência)	75.781.618.567,01	69.050.341.752,37
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	82.217.065,79	3.838.510,30
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.105.201.760,60	636.009.872,65	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.899.515.811,81	251.752.905,54
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-135.774,12	-8.545,52			
Transferências Financeiras Concedidas	200.403.476.336,66	191.296.126.422,29	Transferências Financeiras Concedidas	172.812.158.984,13	172.089.189.914,07
Resultantes da Execução Orçamentária	198.758.819.970,20	182.730.256.767,35	Resultantes da Execução Orçamentária	171.032.581.134,99	163.716.591.148,43
Repasse Recebido	196.436.738.835,21	180.605.665.618,92	Repasse Concedido	168.710.500.000,00	161.592.000.000,00
Sub-repasse Recebido	2.322.081.134,99	2.124.591.148,43	Sub-repasse Concedido	2.322.081.134,99	2.124.591.148,43
Independentes da Execução Orçamentária	1.644.656.366,46	8.565.869.654,94	Independentes da Execução Orçamentária	1.779.577.849,14	8.372.598.765,64
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.022.520.507,59	8.178.117.915,34	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.018.286.128,09	7.755.099.944,69
Demais Transferências Recebidas	-	602.283,20	Demais Transferências Concedidas	207.573,44	461.475,49
Movimentação de Saldos Patrimoniais	622.135.858,87	387.149.456,40	Movimento de Saldos Patrimoniais	761.084.147,61	617.037.345,46
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	60.405.219.608,38	53.730.018.095,03	Pagamentos Extraorçamentários	3.313.199.338,62	3.367.612.193,21
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.426.661.174,28	3.217.367.538,56	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.185.074.415,44	3.206.520.113,10
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	56.830.483.609,12	50.324.686.194,04	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	122.922.489,05	158.360.975,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.943.204,39	5.886.679,38	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.202.434,13	2.728.937,15
Outros Recebimentos Extraorçamentários	139.131.620,59	182.077.683,05	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	2.167,32
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	21.555,13	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	2.167,32
Arrecadação de Outra Unidade	138.908.026,89	179.973.991,06			
Demais Recebimentos	202.038,57	2.103.691,99			
Saldo do Exercício Anterior	5.845.970.712,87	3.535.722.706,53	Saldo para o Exercício Seguinte	13.697.842.762,22	4.461.634.761,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.845.970.712,87	3.535.722.706,53	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.697.842.762,22	4.461.634.761,83
TOTAL	267.759.856.295,47	249.251.272.256,25	TOTAL	267.759.856.295,47	249.251.272.256,25



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

2. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é uma autarquia do Governo Federal vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência, com sede no Setor de Autarquia Sul, Quadra 2, Bloco O, Asa Sul, Brasília – Distrito Federal, CEP 70.070-946, inscrito na Receita Federal do Brasil no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o nº 29.979.036/0001-40.

O INSS foi instituído pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e regulamentado pelo Decreto nº 99.350 de 27 de junho de 1990, a partir da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, vinculado ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS).

No exercício de 2014 houve a cisão¹ das atividades relacionadas com a prestação de serviços de caráter previdenciário e assistencial, ocasião em que os benefícios previdenciários passaram a ser pagos pelo Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS e, pelo INSS, os benefícios assistenciais, os Encargos Previdenciários da União – EPU, assim como as despesas com custeio relativas à manutenção, concessão e gerenciamento desses benefícios.

Compete ao INSS conceder, manter e gerir os benefícios e serviços previdenciários oriundos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, nos termos da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 e do art. 68 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF nº 101, de 4 de maio de 2000, assim como alguns benefícios de caráter assistencial, como por exemplo, os Benefícios de Prestação Continuada – BPC, instituídos pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e regulamentados por meio do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

Segundo o artigo 20 da LOAS, o BPC é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovarem não possuir meios de prover à própria subsistência ou de tê-la provida por sua família.

¹ Cisão no âmbito do SIAFI.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

Após a promulgação da LOAS, os benefícios Renda Mensal Vitalícia (RMV) e Pensão Mensal Vitalícia (PMV) foram extintos e substituídos pelo BPC, permanecendo em estoque apenas em função dos antigos beneficiários e seus dependentes. A RMV, instituída pela Lei nº 6.179/1974, era concedida aos idosos com mais de 70 anos ou inválidos, que não exercessem atividade remunerada ou não possuíssem rendimentos mensais maiores que 60% de um salário-mínimo, bem como não possuísse outros meios para prover sua subsistência.

A Tabela 1 apresenta a relação das despesas com Encargos Previdenciários da União – EPU e com os Benefícios Assistenciais do LOAS no 1º Trimestre dos Exercícios Financeiros de 2022 e 2021.

Tabela 1 - Relação das Despesas com EPU e LOAS

Orig. Orç.	Natureza Despesa Detalhada	1º Trimestre 2022		1º Trimestre 2021		R\$ AH(%)
		R\$	AV(%)	R\$	AV(%)	
	Complem. de Apos. - Pes. Civil	108.245.884,05	0,58	106.400.822,67	0,63	1,73
	Complem. de Pensões - Pessoal Civil	87.756.581,46	0,47	97.496.585,86	0,58	(9,99)
	Pensões vitalícias de Seringueiros	54.457.094,08	0,29	62.537.254,67	0,37	(12,92)
EPU	Pensões das Vítimas de Hanseníase	26.803.807,57	0,14	26.166.460,90	0,16	2,44
	Pensões de Anistiados Políticos	19.531.395,12	0,10	20.663.174,36	0,12	(5,48)
	Pensões da Síndrome de Talidomida	19.518.441,12	0,10	17.880.719,64	0,11	9,16
	Demais Despesas com EPU	2.630.245,91	0,01	1.904.042,35	0,01	38,14
Total EPU		318.943.449,31	1,70	333.049.060,45	1,99	(4,24)
	Benefício ao Deficiente	10.025.078.563,20	53,31	8.985.293.237,22	53,61	11,57
	Benefício ao Idoso	8.189.244.350,72	43,55	7.162.259.421,09	42,74	14,34
LOAS	Renda Mensal Vitalícia - Invalidez	250.728.152,89	1,33	253.242.727,00	1,51	(0,99)
	Renda Mensal Vitalícia - Idade	21.490.761,91	0,11	25.224.870,35	0,15	(14,80)
	Outros Benefíc. ao Deficiente e ao Idoso	69.236,05	-	-	-	100,00
Total LOAS		18.486.611.064,77	98,30	16.426.020.255,66	98,01	12,54
Total		18.805.554.514,08	100,00	16.759.069.316,11	100,00	12,21

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

Compõe o título “Demais Despesas com EPU” na Tabela 1, as seguintes naturezas de despesas: RMV - Pensão Especial Microcefalia, Pens. Graciosas/Indeniz-L. Específicas, 13º Salário - Pensões Civil – EPU, Pens. das Vítimas Hemodiálise-Caruaru.

As despesas com benefícios liquidados pelo INSS no 1º Trimestre do Exercício de 2022 foram de 18,8 bilhões, com um aumento de 12,21% quando comparado com o 1º Trimestre do Exercício de 2021, sendo que 1,70% correspondem aos benefícios com EPU no montante de 318,9 milhões e 98,30% correspondem aos benefícios com LOAS no montante de 18,5 bilhões.

As quantidades de créditos pagos no 1º Trimestre do Exercício Financeiro de 2022, por espécie de Benefícios com EPU e LOAS, estão discriminadas na Tabela 2. Observa-se que foram pagos 14,6 milhões créditos com benefícios pelo INSS, um aumento de 1,38% no quantitativo quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Tabela 2 - Quantidade de Créditos Pagos por Espécie de Benefício

Discriminação	R\$						AH(%)
	1º Trimestre 2022			1º Trimestre 2021			
	Quantidade Créd.Pagos	Média	AV(%)	Quantidade Créd.Pagos	Média	AV(%)	
LOAS	14.488.480	4.829.493	99,26	14.271.409	4.757.136	99,12	1,52
Rede Ferroviária	73.830	24.610	0,51	91.257	30.419	0,63	(19,10)
Hanseníase (Esp. 96)	14.187	4.729	0,10	15.146	5.049	0,11	(6,33)
ECT	11.832	3.944	0,08	12.730	4.243	0,09	(7,05)
Talidomida	3.450	1.150	0,02	3.443	1.148	0,02	0,20
Estatutário	1.889	630	0,01	2.068	689	0,01	(8,66)
Zika (Esp. 60)	1.715	572	0,01	-	-	-	
Anistiados	1.525	508	0,01	1.645	548	0,01	(7,29)
Hemodiálise - Caruaru	135	45	-	138	46	-	(2,17)
Total	14.597.043	4.865.681	100,00	14.397.836	4.799.279	100,00	1,38

Fonte: DATAPREV – Notas Técnicas, janeiro a março/2022 e 2021.

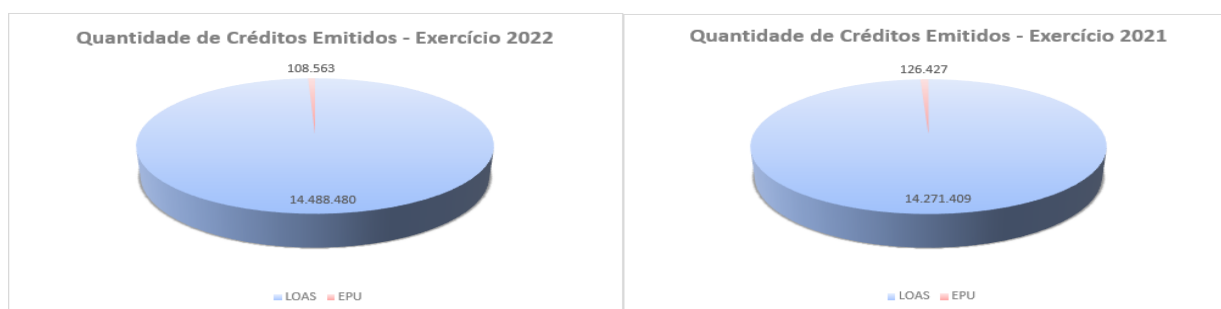
Com exceção dos créditos com LOAS e Talidomida, que apresentaram um aumento de 1,52% e 0,20 % respectivamente, as demais espécies de EPU e LOAS apresentaram redução na



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

quantidade de créditos pagos. Essa redução é esperada no caso dos benefícios com EPU devido às suas características, decorrentes de leis específicas para determinados grupos que, com o passar dos anos, tendem a reduzir devido ao falecimento de seus beneficiários.

Gráfico 1 - Quantidade de Créditos Pagos – EPU e LOAS



O aumento/redução no montante das despesas com os benefícios assistenciais pagos pelo INSS (LOAS e EPU) são explicados, em parte, pelo reajuste do salário-mínimo de 10,18% ocorridos em janeiro de 2022 por meio da Medida Provisória nº 1.091/2021 e pelo aumento na quantidade de créditos pagos desses benefícios.

Os recursos financeiros para pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais são transferidos da Setorial Financeira do Órgão Ministério do Trabalho e Previdência, e recebidos pela Setorial Financeira do Órgão Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. No entanto, as fontes que são de uso exclusivo do Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS, Órgão 37904 na estrutura do SIAFI, são repassadas da Setorial Financeira do Órgão 37202 - INSS para a Setorial Financeira do Órgão 37904 - FRGPS.

A Tabela 3 demonstra os valores recebidos pelo INSS por meio de repasse durante o 1º Trimestre do Exercício de 2022 comparado com o mesmo período do exercício anterior.

As fontes de recursos não exclusivos para pagamento de benefícios previdenciários são os recursos financeiros à disposição do INSS para pagamento de despesas relacionadas com a manutenção da máquina administrativa e pagamento de benefícios assistenciais (LOAS). Durante o 1º Trimestre do Exercício Financeiro de 2022 essas fontes corresponderam a 0,01% do total dos recursos recebidos pelo INSS.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

Tabela 3 - Relação de Fontes para Pagamento de Benefícios Administrados pelo INSS

Tipo de Fonte	Cód. Fonte	Fonte Recursos	R\$				
			1º Trimestre 2022		1º Trimestre 2021		AH(%)
			R\$	AV(%)	R\$	AV(%)	
Fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários	54	Recursos do Regime Geral de Previd. Social	174.810.100.876,29	98,40	161.322.000.000,00	98,46	8,36
	53	Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	2.173.422.134,30	1,22	1.020.260.904,24	0,62	113,03
	86	Rec. Vinc. Aplic. Políticas Públicas Específicas	550.000.000,00	0,31	-	-	100,00
	44	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	103.309.165,48	0,06	-	-	100,00
	88	Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	-	-	3.900.376,31	-	(100,00)
Fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários Total			177.636.832.176,07	99,99	162.346.161.280,55	99,08	9,42
Não é fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários	51	Contr. Social s/o Lucro das PJ	3.905.316,87	-	1.497.750.457,97	0,91	(99,74)
	56	Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	11.114.353,90	0,01	-	-	100,00
	69	Contrib. Patronal p/ Plano de Segurid. Soc. Serv.	1.206.015,38	-	3.366.387,93	-	(64,17)
	74	Tx/Mul. p/ Poder de Polícia e Mul. Prov. Proc. Jud.	201.000,00	-	1.000,00	-	20.000,00
	18	Contribuições Sobre Concursos de Prognósticos	3.131,84	-	-	-	100,00
Não é fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários Total			16.429.817,99	0,01	1.501.117.845,90	0,92	(98,91)
Total Geral			177.653.261.994,06	100,00	163.847.279.126,45	100,00	8,43

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

Estrutura Organizacional do INSS

A estrutura organizacional do INSS é constituída por 05 (cinco) Superintendências Regionais, 104 (cento e quatro) Gerências Executivas e 1.610 (um mil seiscentos e dez) unidades de Agências da Previdência Social - APS², 88 (oitenta e oito) unidades de APS de Demandas Judiciais, 6 (seis) unidades de APS Móvel Flutuante, 4 (quatro) unidades de APS Teleatendimento, 7 (sete) unidades de APS Acordos Internacionais, 57 (cinquenta e sete) unidades de Previdência, 3 (três) unidades de Atendimento móvel e 2 (duas) unidades de Equipes de Demandas Judiciais .

Cabe destacar que, a partir do mês de abril de 2022, ocorreu uma reestruturação nas Superintendências e Gerências Executivas. Até o mês de março havia, no âmbito das Gerências Executivas, uma unidade de Orçamento, Finanças e Logística, possibilitando que estas executem despesas e realizem contratações, assim como toda execução do orçamento. Visando a eficiência no gasto público, a partir da reestruturação, os contratos e as despesas, antes executadas pelas Gerências Executivas, passarão a ser centralizadas no âmbito das Superintendências.

Além disso, destaca-se que a partir da publicação Decreto nº 10.620, de 05 de fevereiro de 2021, o INSS iniciou a centralização do pagamento dos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS da União referente à Administração Indireta, com exceção do Poder Legislativo e Judiciário, acarretando na necessidade de realocação de recursos financeiros, humanos e materiais para a prestação desse serviço à sociedade.

Art. 3º As atividades de que trata este Decreto serão realizadas, de modo centralizado:
I - pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec, quanto à administração pública federal direta; e
II - pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, quanto às autarquias e às fundações públicas.

² Fonte: Divisão de Planejamento e Modernização da Rede de Atendimento/Diretoria de Atendimento do INSS.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

Para viabilizar o atendimento aos segurados e assistidos, o INSS dispõe nas Agências da Previdência Social, bem como nos canais digitais, um conjunto de bens e serviços, de modo a garantir o reconhecimento do direito e o bom atendimento ao cidadão.

A Tabela 4 evidencia as ações realizadas pelo INSS durante o 1º Trimestre do Exercício Financeiro de 2022. O gasto total nas ações realizadas pelo Órgão no período foi de 21,0 bilhões. As ações mais significativas foram as decorrentes com Benefícios de Prestação Continuada a pessoa com deficiência e a pessoa idosa, que juntas totalizaram 86,91% do total dos gastos.

Não constam na Tabela 4 as ações com valores inferiores a 1,5 milhão (um milhão e quinhentos mil reais) em decorrência da pouca relevância no total dos gastos. As ações excluídas foram: Avaliação e operacionalização do benefício de prestação continuada, Instalação de unidades de funcionamento do INSS, Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, Capacitação de servidores públicos federais em processo de q., Enfrentamento emergencial da saúde pública importância internacional decorrente do coronavírus, Auxílio-Inclusão às pessoas com deficiência, Educação previdenciária e financeira, Serviço de reabilitação profissional, Benefício emergencial de manutenção do emprego e da renda, Desenvolvimento de competências de agentes públicos, Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos, Auditoria interna, prevenção e combate à corrupção e Sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas – e-Social.

Tabela 4 - Valores Pagos por Ação do Governo

Código Ação	Ação Governo	R\$	
		Valor Pago	AV(%)
00IN	Benefícios de prestação continuada (BPC) a pessoa com deficiência	10.150.040.062,87	48,36
00H5	Benefícios de prestação continuada (BPC) a pessoa idosa	8.090.437.078,88	38,55
0181	Aposentadoria e pensões civis da União	1.235.971.666,76	5,89
20TP	Ativos Civis da União	700.636.143,63	3,34
2000	Administração da Unidade	234.761.183,22	1,12
0536	Benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação	182.429.268,09	0,87
09HB	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações	129.967.922,19	0,62



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

2292	Serviço de processamento de dados de benefícios previdenciários	69.492.284,77	0,33
00S6	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadoria	63.846.144,63	0,30
212B	Benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados, militares	38.837.502,99	0,19
2563	Gestão da melhoria contínua	27.676.922,26	0,13
2004	Assistência Médica e odontológica aos servidores civis e empregados	22.511.669,80	0,11
2294	Defesa judicial da previdência social básica	12.099.548,09	0,06
2591	Reconhecimento de direitos de benefícios previdenciários	10.998.685,99	0,05
2564	Gestão de cadastros para a previdência social	9.925.935,85	0,05
2583	Processamento de dados do benefício de prestação continuada	5.002.240,42	0,02
21AX	Gestão das Políticas de Previdência e Trabalho	1.524.489,95	0,01

Fonte: SIAFI e SIOP.

Como medidas de combate aos efeitos negativos que a pandemia do coronavírus trouxe à economia e ao bem-estar da sociedade, foram criadas as ações 21C0 - Enfrentamento Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus e 21C2 - Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Destaca-se também a criação das ações: “OOTZ - Auxílio-Inclusão as Pessoas com Deficiência (Lei nº 14.176) com o objetivo de conceder um pagamento às pessoas com deficiência grave ou moderada que tenham recebido nos últimos 5 anos o BPC e que deixaram de fazer jus em virtude do início de atividade remunerada; e a ação “20U9 - Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos com o objetivo de selecionar, formar, capacitar, aperfeiçoar e desenvolver competências na força de trabalho visando a melhoria e a capacidade de governo na gestão e efetividade das políticas públicas.

As principais ações realizadas pelo INSS durante o 1º Trimestre do Exercício Financeiro de 2022 estão descritas abaixo:

- **00H5** - Os recursos desta ação destinam-se ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade. O BPC, em vigor desde 1996, destina-se às pessoas com 65 anos ou mais, cuja renda per capita familiar mensal não ultrapasse $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, assegurando-lhes a renda mensal de um salário-mínimo. A RMV, instituída pela Lei nº 6.179/74, também no valor de um salário-mínimo, é



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

atualmente destinada às pessoas com 70 anos ou mais, que já recebiam o benefício (pressuposto do direito adquirido) quando de sua extinção, em 01/01/1996, quando teve início a concessão do BPC.

- **00IN** - Os recursos desta ação destinam-se ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez. O BPC, em vigor desde 1996, destina-se às pessoas com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, cuja renda per capita familiar mensal não ultrapasse $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, assegurando-lhes a renda mensal de um salário-mínimo. A RMV, instituída pela Lei Nº 6.179/74, também no valor um salário-mínimo, é atualmente destinada às pessoas com invalidez, que já recebiam o benefício (pressuposto do direito adquirido) quando de sua extinção, em 01/01/1996, quando teve início a concessão do BPC.

- **2292** - Esta ação complementa o processo de reconhecimento de direitos, atualização de dados e pagamento de benefícios. Os dados necessários ao processo de concessão dos benefícios são transmitidos diariamente por meio dos Sistemas localizados nas Gerências, Agências e Empresas Convenentes, e processados pela Empresa responsável pelo processamento de dados da Previdência Social, que os armazena, sendo, inclusive, responsável pela emissão de correspondência automática ao cidadão. Este conjunto de procedimentos eletrônicos possibilita a estruturação do banco de dados da Previdência Social e garante os recursos de teleinformática necessários aos serviços de reconhecimento de direitos e de pagamento de benefícios previdenciários, assegurando o funcionamento dos Sistemas (Prisma, SABI, COMPREV, CNISVR, HIPNET, HISCRENET, RECNET) até que possa ser implantado o Sistema do Novo Modelo de Gestão.

- **2563** - Promoção da melhoria contínua dos serviços e processos previdenciários, por meio do estabelecimento e desenvolvimento de padrões de qualidade, implementação e aperfeiçoamento de técnicas e metodologias que visem à aferição de resultados, objetivando prestar serviços de qualidade ao cliente interno e externo, de forma a padronizar os procedimentos e definir mecanismos de desempenho institucional, facilitando a disseminação das melhores práticas. Subsidiar o gerenciamento de processos de negócio na organização, sejam finalísticos, gerenciais ou de apoio, que estabeleça como base essencial o "foco do cidadão", por meio da realização da modelagem, análise, desenho, transformação de processos e o gerenciamento de desempenho de processos, de custos e de riscos institucionais.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

- **2583** - A ação destina-se a custear a informatização do processamento de dados relativos à operacionalização e avaliação do BPC e à operacionalização da RMV, serviço prestado pela Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (DATAPREV). A estruturação do banco de dados e processamento dos benefícios compreende desde a inserção dos dados dos requerentes, até o processamento da concessão, manutenção, atualização, pagamento, revisão, avaliação, suspensão e cessação do BPC. Em relação à RMV, o processamento resulta na manutenção ou cessação dos benefícios.
- **2589** - Os recursos da ação destinam-se às atividades de gestão e operacionalização do BPC e da RMV, incluindo a concessão, a manutenção, a reavaliação das condições que geraram o direito ao benefício, o controle, a fiscalização, a normatização, o acompanhamento, o monitoramento, a análise quantitativa e qualitativa de dados do BPC, estudos e produção de informações estratégicas, e a operacionalização da RMV e de ações intersetoriais com outras políticas, de modo a garantir e aprimorar os meios de acesso ao BPC e a gestão dos benefícios, bem como ampliar a proteção social dos beneficiários.
- **2591** - O reconhecimento do direito compreende as etapas de orientação, habilitação, análise, decisão (concessão/indeferimento), subsidiariamente procede-se a atualização no CNIS dos dados cadastrais, vínculos e remunerações. Da etapa de decisão advêm os procedimentos de revisão, recurso e manutenção dos benefícios. Além disso, o reconhecimento de direito engloba a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição e a compensação previdenciária envolvendo os regimes próprios de previdência dos entes federativos. O atendimento dos pedidos de benefícios é realizado nas Agências da Previdência Social, sendo tal procedimento agendado através dos canais remotos da Previdência Social via Internet e a Central 135 (telefone) ou através de convênios com sindicatos e empresas, bem como por meio dos acordos internacionais celebrados com diversos países. Os procedimentos decorrentes da solicitação do benefício são informatizados, porém envolvem um conjunto de ações de responsabilidade exclusiva dos servidores, no sentido de dar suporte ao processo decisório. Dessa forma, esta ação envolve:
 - a) Deslocamento de servidores para executarem supervisão nas Agências, Gerências-Executivas e Superintendências Regionais;
 - b) Reforço de equipes de trabalho em virtude de demanda acima da capacidade operacional das Agências;



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

- c) Realização de reuniões técnicas de supervisão, acompanhamento e orientação nas Agências;
- d) Realização de pesquisas externas para certificação de informações prestadas pelos segurados e empresas;
- e) Realização de eventos relacionados aos procedimentos médico-periciais (perícias médicas ambulatoriais);
- f) Juntas médicas;
- g) Perícias de Pedido de Reconsideração (PR) e Pedido de Prorrogação (PP, perícias médicas domiciliares e hospitalares); e
- h) Deslocamentos para atividade de supervisão técnica e participação em reuniões e fóruns de discussão técnica e pagamento de profissionais e entidades de saúde credenciadas, convocações de servidores para auxiliar nos trabalhos de desenvolvimento dos novos sistemas de cadastro (CNIS) e SIBE.

No tocante ao Serviço Social:

- i) São realizados atendimentos técnicos individuais ou em grupo;
 - j) Encaminhamento dos usuários aos recursos sociais da comunidade;
 - k) Assessoria e consultoria às instituições governamentais e não governamentais;
 - l) Estabelecimento de convênios e parcerias com instituições da sociedade civil;
 - m) Elaboração de parecer social; e
 - n) Realização de cadastros das organizações da sociedade, visitas técnicas domiciliares e institucionais, concessão de recursos materiais e realização de pesquisas sociais, além de desenvolvimento de projetos e participação nos conselhos de direitos.
- **21C0** - Conjunto de medidas que se fizerem necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), mediante ações de prevenção, preparação e assistência à população, bem como outras despesas necessárias para o enfrentamento do coronavírus.
 - **21AX** - Suporte ao planejamento, à gestão, ao monitoramento, à avaliação e ao controle das políticas implementadas pela Secretaria Especial de Previdência de Trabalho. Custeia despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); promoção de atividades, inclusive estudos, eventos, fóruns, seminários, oficinas e reuniões, que tenham por objetivo a formulação e o aprimoramento de políticas públicas de previdência e trabalho;



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

realização de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; e demais atividades-meio necessárias ao planejamento e à gestão das ações finalísticas. Promoção da melhoria contínua dos serviços e processos previdenciários e trabalhistas, por meio do estabelecimento e desenvolvimento de padrões de qualidade, implementação e aperfeiçoamento de técnicas e metodologias que visem à aferição de resultados, de forma a padronizar os procedimentos e definir mecanismos de desempenho institucional, facilitando a disseminação das melhores práticas.

- **20U9** - Seleção, formação, capacitação, aperfeiçoamento, e desenvolvimento de competências da força de trabalho da Administração Pública, visando melhorar a capacidade de governo na gestão e a efetividade das políticas públicas.
- **00TZ** - Pagamento do Auxílio-Inclusão às pessoas com deficiência moderada ou grave que recebam ou tenham recebido nos últimos 5 anos o benefício de prestação continuada (BPC) e que deixaram de fazer jus ao BPC em virtude do início de atividade remunerada, limitada a dois salários-mínimos, que o enquadre como segurado obrigatório do RGPS ou filiado ao Regime Próprio de Previdência Social da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ter Inscrição válida de CPF; Inscrição Atualizada no Cadastro Único; atenda aos critérios de manutenção do benefício de prestação continuada; e que tenha o benefício suspenso nos termos do art. 21-A da Lei nº 14.176.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil, a estrutura e a composição das Demonstrações Contábeis do INSS obedecem aos ditames das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública – NBCT SP, a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, bem como da Lei Complementar nº 101/2000.

As informações desta Nota Explicativa estão apresentadas da seguinte forma:

- a) Contas Patrimoniais: comparativo dos saldos do 1º trimestre de 2022 com o saldo final do exercício financeiro de 2021;
- b) Contas de Resultado: comparativo dos saldos do 1º trimestre de 2022 com o 1º trimestre de 2021.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

c) A Nota “Receita da Folha de Benefícios” é exceção, pois se refere apenas ao saldo do trimestre em questão (janeiro a março de 2022).

O Balanço Orçamentário - BO é a demonstração contábil que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentárias, comparando os valores previstos e fixados com os efetivamente executados³.

O Balanço Financeiro - BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte³.

O Balanço Patrimonial - BP é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) deste Manual³.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP** evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício³.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse item contempla numerários advindos de contribuições e está inserido na Conta Única do Tesouro Nacional, na subconta Previdência, cujo controle e gestão são realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

³ MCASP: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 8ª ed. 2019.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

As contas Caixa e Equivalentes de Caixa são compostas pelas transferências de recursos, receitas decorrentes da folha de benefícios, dentre outras, destinadas para o pagamento das despesas oriundas de benefícios assistenciais e custeio da máquina administrativa.

(b) Demais Créditos e Valores à Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber de curto prazo, relacionados com adiantamentos concedidos a funcionários, créditos por danos ao patrimônio decorrente de pagamento indevido, fraude, erro ou dolo, tributos a compensar e a recuperar, outros créditos restituíveis e valores compensáveis, tais como os valores apreendidos por decisão judicial, assim como os ajustes necessários para o reconhecimento da perda do valor que serão realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e o registro de ajuste para perdas é formado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(c) Estoques

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo, acrescidos dos gastos necessários para colocarem em condições de uso. Os principais itens que compõe a conta de estoque são almoxarifado e materiais que se encontram em trânsito.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Neste grupo de contas são registradas as contas de despesas pagas antecipadamente e que contribuem para prestação de benefícios por mais de um período. São avaliados pelo custo e



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

composto por itens como Prêmio de Seguro, Tributos pagos e VPD Financeiras pagas antecipadamente.

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.

Os Créditos a Longo Prazo compreendem os direitos a receber realizáveis no longo prazo, relacionados com Depósitos Judiciais Efetuados, Valores Apreendidos por Decisão Judicial, Créditos a Recuperar, Créditos decorrente de Tomada de Contas Especial – TCE e Títulos a Receber

Os créditos são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias.

(f) Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

No âmbito do INSS, o imobilizado é composto por bens móveis e imóveis utilizados nas atividades operacionais no Órgão, dos quais são reconhecidos com base no valor de aquisição acrescidos dos impostos não recuperáveis e outros gastos necessários para colocar o ativo em operação.

(g) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, benefícios os quais o empregado ou servidor tenha direito, tais como, as aposentadorias, as reformas, as pensões e os encargos a pagar, bem como os benefícios assistenciais, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, avaliados pelo custo histórico.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

(h) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo, inclusive precatórios decorrentes dessas obrigações.

(i) Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Correspondem às obrigações do INSS junto ao Governo Federal, Estadual e Municipal relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

4. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 1 - Ativo

Essa classe subdivide-se em dois grupos, conforme tabela abaixo:

Tabela 5 - Tabela 5 - Ativo – Composição do INSS

	R\$				
Ativo	1º Trimestre de 2022	AV(%)	2021	AV(%)	AH (%)
Ativo Circulante	14.125.091.841,16	81,60	6.308.830.515,42	66,42	123,89
Ativo Não Circulante	3.184.468.185,32	18,40	3.189.217.666,64	33,58	(0,15)
Total	17.309.560.026,48	100,00	9.498.048.182,06	100,00	82,24

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

O Ativo apresentou uma elevação horizontal de 82,24%, em virtude da variação positiva do Ativo Circulante (AC) de 123,89%, em consequência, principalmente, da elevação do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa. Já o Ativo Não Circulante, que representa 18,4% da classe, trouxe uma variação negativa de 0,15% entre os períodos analisados, sobretudo pela queda percentual apresentada no subgrupo Imobilizado.

Nota 2 - Ativo Circulante

O Ativo Circulante é composto pelos seguintes subgrupos:



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

Tabela 6 - Ativo Circulante – Composição

Ativo Circulante	R\$				
	1º Trimestre 2022	AV(%)	2021	AV(%)	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.697.842.762,22	96,98	5.845.970.712,87	92,66	134,31
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	384.804.180,87	2,72	420.229.934,75	6,66	(8,43)
Estoques	41.840.333,66	0,30	42.626.213,19	0,68	(1,84)
Varição Patrimonial Diminutiva PG	604.564,41	-	3.654,61	-	16.442,52
Total	14.125.091.841,16	100,00	6.308.830.515,42	100,00	123,89

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

Em análise, o Grupo apresentou um aumento de 123,89% entre o exercício de 2021 e o 1º trimestre de 2022, impactado, principalmente, pela elevação percentual de 134,31% do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, que representa 96,68% do Ativo Circulante, proveniente de um maior aporte de recursos liberados pelo Tesouro. Importante frisar que esse subgrupo contempla numerários cujo controle e gestão são realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Nota 3 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo é composto pelas contas descritas na tabela abaixo:

Tabela 7 - Demais Créditos e Valores de Curto Prazo – Composição

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$				
	1º Trimestre de 2022	AV(%)	2021	AV(%)	AH (%)
Adiantamentos Concedidos	50.471.141,29	13,12	86.188.160,35	20,51	(41,44)
Créditos por Dano ao Patrimônio	7.438.304,42	1,93	5.598.142,63	1,33	32,87
Outros Créditos a Receber e Valores a CP	333.892.804,49	86,77	333.871.371,60	79,45	0,01
Ajuste p/ Perdas Demais Créd. e Valores CP	(6.998.069,33)	(1,82)	(5.427.739,83)	(1,29)	28,93
Total	384.804.180,87	100,00	420.229.934,75	100,00	(8,43)

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

A conta Adiantamento Concedidos, que representa 13,12% do subgrupo, apresentou uma queda horizontal, entre o exercício de 2021 e o 1º trimestre de 2022, de 41,44%, em decorrência, principalmente da redução na conta de Adiantamento de 13º salário.

Destaca-se a conta Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo, que representa 86,77% do subgrupo e demonstrou uma ínfima elevação percentual de 0,01% entre os períodos comparados. Essa rubrica engloba valores em trânsito realizáveis a curto prazo, valores a receber por devolução de despesa, créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e títulos a receber.

Outra rubrica que merece destaque é Ajuste para Perdas de Demais Créditos e Valores Curto Prazo, que apresentou uma variação de 28,93% entre os períodos analisados, impactada principalmente pela adoção da metodologia de ajuste para perdas, conforme explicitada na Nota nº 4.

Nota 4 - Ajuste para Perdas dos Créd. Dano ao Patrim. Curto Prazo e Longo Prazo

Metodologia Utilizada

A Metodologia adotada para o Ajuste de Perdas no INSS foi inspirada na metodologia proposta pelo Pronunciamento nº 85/2012 da Câmara de Controle Interno do CFC, na qual se utiliza uma média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios. Assim, se inferirá o Percentual de Créditos não Recebidos a ser aplicado sobre o Saldo Final dos Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio Público de Curto e Longo Prazo.

1 - Memória de Cálculo do Ajuste de Perdas de Curto Prazo

A tabela a seguir apresenta, a título de exemplo, a Memória de Cálculo da Unidade Gestora 510907 – Gerência Executiva de Caxias do Sul, com os dados contábeis dos Exercícios de 2019, 2020 e 2021 a serem utilizados como base para constituir o Ajuste de Perdas do 1º Trimestre de 2022.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

Tabela 8 - Memória de Cálculo

R\$							
Conta Contábil	Ano	Saldo Inicial (A)	Inclusões Líqu. (B)	Recebid. 2019 (C)	Saldo Final (D)=A+B-C	Percent. Rec.(E)=C/(A+B) (%)	Perc.Não Rec. (F)=100-E (%)
113410103	2019	2.200.505,96	715.918,20	(18.580,90)	2.897.843,26	0,64	99,36
113410104	2019	458.369,92	639.111,23	-	1.097.481,15	-	100,00
113410110	2019	4.947,52	8.539,99	(8.275,16)	5.212,35	61,35	38,65
113410103	2020	2.897.843,26	(2.891.847,46)	(99,93)	5.895,87	1,67	98,33
113410104	2020	1.097.481,15	(978.059,57)	-	119.421,58	-	100,00
113410110	2020	5.121,35	(5.121,35)	-	-	-	-
113410103	2021	5.895,87	36.298,19	(40.009,10)	2.184,96	94,82	5,18
113410104	2021	119.421,58	(119.421,58)	-	-	-	-

Fonte: SIAFI.

O percentual médio de créditos não recebidos de 2019, 2020 e 2021 foi aplicado sobre o Saldo Contábil do 1º Trimestre de 2022 da UG 510907 – Gex em Caxias do Sul dos Créditos a Receber de CP, para apuração do valor a ser reconhecido como perda, conforme tabela abaixo:

Tabela 9 - Cálculo do Ajuste para Perdas do 1º Trimestre de 2022 - Curto Prazo

R\$						
Conta Contábil	Créditos CP 1º Tri de 2022	2019 (%)	2020 (%)	2021 (%)	Média (%)	Cálculo Ajuste de Perdas do 1º Tri de 2022
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)=(B+C+D)/3	(F)=A*E/100
113410103	185.462,82	99,36	98,33	5,18	67,62	125.418,97
113410104	112.380,24	100,00	100,00	-	100,00	112.380,24
113410110	-	38,65	-	-	38,65	-
Total	297.843,06	-	-	-	-	237.799,21

Fonte: SIAFI.

Reconhecimento do Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Curto Prazo - Demais Gerências Executivas – INSS



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

Baseada na metodologia acima, seguem os valores reconhecidos como Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Curto Prazo nas diversas Unidades Gestoras do INSS no 1º Trimestre de 2022.

Tabela 10 - Ajuste Perdas Dano ao Patrimônio Curto Prazo - 1º Trimestre de 2022

Nome da UG	Contas de Referência			R\$
	113410101	113410103	113410104	Total
DISTRITO FEDERAL		31.978,73		31.978,73
TERESINA			4.096,73	4.096,73
JOAO PESSOA		839,27		839,27
NATAL			148.657,98	148.657,98
MOSSORO			28.763,37	28.763,37
JUAZEIRO DO NORTE		423.206,80	2.005.868,67	2.429.075,47
CAXIAS DO SUL		125.418,97	112.380,24	237.799,21
IJUI			132.347,66	132.347,66
MACEIO			223.085,41	223.085,41
PETROLINA			473.368,74	473.368,74
SAO PAULO-LESTE		24.177,88	195.026,11	219.203,99
ARACATUBA		52.700,29		52.700,29
CAMPINAS		221.899,21	562.756,57	784.655,78
GUARULHOS	6.407,90			6.407,90
PIRACICABA			125.136,75	125.136,75
RIBEIRAO PRETO	9.692,24			9.692,24
SANTOS		90.282,98	29.596,68	119.879,66
SALVADOR			102.452,01	102.452,01
BARREIRAS			207.510,72	207.510,72
VITORIA DA CONQUISTA		59.739,14	452.878,38	512.617,52
JUAZEIRO			59.485,47	59.485,47
UBERLANDIA		946.619,28		946.619,28
GOVERNADOR VALADARES			22.940,60	22.940,60
RIO DE JANEIRO - NORTE			97.621,22	97.621,22
DUQUE DE CAXIAS		2.326,50	18.806,83	21.133,33
Total Geral	16.100,14	1.979.189,05	5.002.780,14	6.998.069,33

Fonte: SIAFI.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

2 - Memória de Cálculo do Ajuste de Perdas de Longo Prazo

É importante destacar que a Memória de Cálculo do Ajuste de Perdas dos Créditos por Dano ao Patrimônio de Longo Prazo é a mesma descrita no item 1 desta Nota. Isso se justifica visto que a rotina de contabilização dos recebimentos desses Créditos é efetuada nas Contas Contábeis de Curto Prazo.

O percentual médio de créditos não recebidos de 2019, 2020 e 2021 foi aplicado sobre o Saldo Contábil do 1º Trimestre de 2022 da UG 510907 – Gerência Executiva em Caxias do Sul dos Créditos a Receber de Longo Prazo, para apuração do valor a ser reconhecido como perda, conforme tabela abaixo:

Tabela 11 - Cálculo do Ajuste para Perdas do 1º Trimestre de 2022 - Longo Prazo

Conta Contábil	R\$					
	Créditos LP 1º Tri 2022	2019 (%)	2020 (%)	2021 (%)	Média(%)	Cálculo Ajuste Perdas 1ºTri 2022
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)=(B+C+D)/3	(F)=A*E/100
121210403	3.031.791,94	99,36	98,33	5,18	67,62	2.050.245,06
121210404	1.232.396,37	100,00	100,00	-	100,00	1.232.396,37
121210410	5.212,35	38,65	-	-	38,65	2.014,35
Total	4.269.400,66					3.284.655,78

Fonte: SIAFI.

Reconhecimento do Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Longo Prazo - Demais Gerências Executivas no INSS

Baseada na metodologia acima, seguem os valores reconhecidos como Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Longo Prazo nas Diversas Unidades Gestoras do INSS no 1º Trimestre de 2022.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

Tabela 12 - Ajuste Perdas Dano Patrim. Lgo. Pzo.- Demais Gerências INSS – 1º Trimestre 2022

Nome da UG	Contas de Referência									R\$
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	Total
CGOFC							136.224.487,31			136.224.487,31
DISTRITO FEDERAL			6.149.645,50	5.845.204,81			84.843,71			12.079.694,02
TERESINA				2.308.704,95			27.110,41			2.335.815,36
ARACAJU			1.052.753,23	1.661.962,32			270.002,74		114.939,39	3.099.657,68
BELÉM		492,33		809.209,02			3.657.396,19			4.467.097,54
MACAPÁ				1.417.226,17						1.417.226,17
CRICIÚMA							60.367,06			60.367,06
JOINVILLE				130.139,64						130.139,64
CHAPECÓ				368.654,15						368.654,15
CAMPO GRANDE	70.631,52	13.864,64	3.925.893,72	6.535.758,20						10.546.148,08
DOURADOS			3.607.146,09	1.141.845,20			86.511,56			4.835.502,85
VITÓRIA			1.869.635,28	2.630.860,50						4.500.495,78
GOIÂNIA			4.922.211,62	5.283.304,38			128.067,65			10.333.583,65
ANÁPOLIS		1.178,15	1.522.751,32	9.754.892,47			79.756,82			11.358.578,76
RIO BRANCO				716.965,85						716.965,85
JOÃO PESSOA			3.124.280,72	5.018.962,39		2.153.648,15	10.255,88			10.307.147,14
CAMPINA GRANDE			3.437.967,34	2.654.057,95			84.090,38			6.176.115,67
SANTARÉM				278.103,60			405.529,20			683.632,80
MARABÁ							224.063,31			224.063,31
MANAUS	58.374,16	197.408,06	1.269.050,11	1.533.326,96			99.535,66			3.157.694,95
BOA VISTA				2.240.103,70						2.240.103,70
PALMAS			183.976,45	1.851.751,58			95.040,54			2.130.768,57
CURITIBA			973.320,81	3.742.094,72			115.820,54			4.831.236,07
PONTA GROSSA			1.131.476,77	1.761.544,13			76.410,44			2.969.431,34



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

Nome da UG	Contas de Referência								Total	
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411		121210700
LONDRINA			1.082.012,99	2.605.632,41			64.180,77			3.751.826,17
MARINGÁ			1.265.313,50	4.724.611,00			89.573,11			6.079.497,61
CASCADEL		5.437.273,00		1.968.946,83			53.487,78			7.459.707,61
NATAL			1.887.170,66	7.187.197,47	156.913,87		720.305,42			9.951.587,42
MOSSORÓ			2.550.048,26	4.199.781,77			52.740,96			6.802.570,99
FORTALEZA			5.214.992,79	15.508.301,91			823.033,21			21.546.327,91
JUAZEIRO DO NORTE			5.494.089,20	10.720.225,04			452.104,56			16.666.418,80
SOBRAL			45.553,53				114.582,11			160.135,64
PORTO ALEGRE							69.756,79			69.756,79
CAXIAS DO SUL			2.050.245,06	1.232.396,37			2.014,35			3.284.655,78
NOVO HAMBURGO	4.100,96			251.838,42						255.939,38
PELOTAS			596.238,99	2.408.794,56			7.802,90			3.012.836,45
SANTA MARIA			2.006.825,56	144.616,28						2.151.441,84
IJUÍ		1.820.618,15	2.480.337,11	7.439.991,27			2.402.052,13			14.142.998,66
PASSO FUNDO			320.640,41	717.056,46						1.037.696,87
CANOAS		329.611,65	70.914,94							400.526,59
URUGUAIANA		133.907,09					39.177,13			173.084,22
CUIABÁ			2.362.525,42	3.066.080,13			312.226,74			5.740.832,29
MACEIÓ	950,07		75.140,81	8.679.548,37			3.689.761,89			12.445.401,14
RECIFE	133.297,08	1.006,66	57.334,15	871.636,43			362.062,06			1.425.336,38
PETROLINA		15.606,89	896.737,94	3.448.256,49			27.887,81			4.388.489,13
CARUARU	298,93		906.100,62	3.534.664,20			1.967.013,96			6.408.077,71
GARANHUNS			1.290,46	3.184.511,07			5.377.005,79			8.562.807,32
SÃO LUÍS	3.106,96		197.694,15	6.623.374,74			6.497.857,34			13.322.033,19
IMPERATRIZ			571.113,39	1.673.931,75			989.623,55			3.234.668,69
SÃO PAULO-CENTRO	61.781,08		793.165,36	2.453.643,68			72.252,26			3.380.842,38
SÃO PAULO-NORTE	23.436,51	108.324,72	2.898.871,53	625.266,57						3.655.899,33



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

Nome da UG	Contas de Referência								Total	
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411		121210700
SÃO PAULO-SUL	20.132,20		286.905,33	264.194,35			134.493,81			705.725,69
SÃO PAULO-LESTE			4.849.736,02	7.940.303,03			141.332,32			12.931.371,37
ARAÇATUBA			1.631.841,88	1.166.860,46			8.663,44			2.807.365,78
ARARAQUARA		41.193,97	2.491.781,22	5.839.967,33						8.372.942,52
CAMPINAS			2.367.839,61	5.875.645,88			3.848,73			8.247.334,22
GUARULHOS			138.968,76	15.262,07						154.230,83
BAURU			327.153,13	115.080,47			38.878,80	26.748,00		507.860,40
TAUBATÉ		21,98	340.817,72	631.586,85			10.298,79			982.725,34
OSASCO	670,00		3.953.464,79	3.195.782,60						7.149.917,39
PIRACICABA			4.388.475,11	1.030.228,62						5.418.703,73
SOROCABA			1.193.845,76	48.562,74						1.242.408,50
PRESIDENTE PRUDENTE			1.254.256,40	1.609.448,27			26.870,39			2.890.575,06
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS			1.028.387,14	10.182,27						1.038.569,41
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO			1.750.384,77	3.295,83			77.350,62			1.831.031,22
JUNDIAÍ			1.934.328,33	1.503.493,45			50.228,16			3.488.049,94
MARÍLIA	1.509,35		1.117.231,49	793.172,32						1.911.913,16
RIBEIRÃO PRETO			1.794.358,88	1.146.277,16			57.095,45			2.997.731,49
SANTO ANDRÉ			3.543.965,05	2.112.033,95			33.274,72			5.689.273,72
SÃO JOÃO DA BOA VISTA		28.571,60	1.230.661,59	660.485,06						1.919.718,25
SANTOS	93.539,37		519.650,03	6.240.477,04	28.147,30		55.344,11			6.937.157,85
SÃO BERNARDO DO CAMPO			3.960.085,92	842.352,52			26.598,80			4.829.037,24
SALVADOR	577.483,22			11.039.654,53			259.185,45			11.876.323,20
SANTO ANTÔNIO DE JESUS				2.315.229,10			272.138,73			2.587.367,83
BARREIRAS		181.287,29	585.799,11	1.380.123,00			133.973,92			2.281.183,32
VITÓRIA DA CONQUISTA			5.434.024,80	16.549.131,04			563.592,79			22.546.748,63
ITABUNA			3.983.650,48	391.603,00			1.398.241,84			5.773.495,32
JUAZEIRO				463.295,06			288.088,78			751.383,84



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

Nome da UG	Contas de Referência									
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	Total
FEIRA DE SANTANA			1.166.285,19	2.083.769,51			65.792,61			3.315.847,31
BELO HORIZONTE			4.265.003,91	6.106.923,18			5.123,13			10.377.050,22
DIAMANTINA			508.294,27	34.197,34			67.271,61			609.763,22
JUIZ DE FORA			726.682,68	275.425,86			18.221,18			1.020.329,72
UBERABA			876.323,57	1.474.274,72						2.350.598,29
BARBACENA			1.723.801,35	1.890.395,17			31.680,31			3.645.876,83
DIVINÓPOLIS			4.031.752,76	427.340,95						4.459.093,71
UBERLÂNDIA			5.497.735,04							5.497.735,04
GOVERNADOR VALADARES				333.477,08						333.477,08
MONTES CLAROS			1.048.024,95	1.168.497,49			17.877,02			2.234.399,46
CONTAGEM			24.229,43	121.473,28			98.200,64			243.903,35
OURO PRETO		2.204,36	4.745.238,86	3.830.657,04						8.578.100,26
VARGINHA			2.046.431,74	1.059.746,38					110.445,58	3.216.623,70
POÇOS DE CALDAS			5.531.082,43	6.372.691,77			541,88		439.330,52	12.343.646,60
TEÓFILO OTONI				3.002.734,72			114.319,67			3.117.054,39
COORD. GERAL GESTÃO PESSOAS		150.017,21								150.017,21
PORTO VELHO			9.122.073,68	2.611.008,97			208.863,36			11.941.946,01
RIO DE JANEIRO-CENTRO	683.993,71	596.381,73	8.353.339,37	1.106.997,11			41.989,50			10.782.701,42
RIO DE JANEIRO-NORTE				3.881.874,81			48.918,56			3.930.793,37
CAMPOS DOS GOYTACAZES			645.595,46	3.877.755,86			97.371,23			4.620.722,55
PETRÓPOLIS	511.694,13		2.011.425,46	702.937,51						3.226.057,10
DUQUE DE CAXIAS			377.407,96	1.019.252,30			154.271,07			1.550.931,33
VOLTA REDONDA		23.832,55		435.829,03						459.661,58
NITERÓI	449.851,16		2.311.260,33	3.910.333,91			21.445,48			6.692.890,88
Total Geral	2.694.850,41	9.082.802,03	172.114.067,55	269.866.297,90	185.061,17	2.153.648,15	170.487.178,92	26.748,00	664.715,49	627.275.369,62



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

Nota 5 - Ativo Não Circulante

O Ativo não Circulante é composto pelos subgrupos elencados abaixo:

Tabela 13 - Ativo Não Circulante – Composição do INSS

Ativo Não Circulante	R\$				
	1º Trimestre de 2022	AV(%)	2021	AV(%)	AH (%)
Ativo Realizável a Longo Prazo	104.774.222,33	3,29	104.337.588,10	3,27	0,42
Imobilizado	3.058.475.288,53	96,04	3.063.662.601,42	96,06	(0,17)
Intangível	21.218.674,46	0,67	21.217.477,12	0,67	0,01
Total	3.184.468.185,32	100,00	3.189.217.666,64	100,00	(0,15)

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

No Ativo Não Circulante, destaca-se o Subgrupo Imobilizado que representa quase a totalidade do Grupo (96,04%) e apresentou um decréscimo horizontal de 0,17% entre o exercício de 2021 e o 1º trimestre de 2022.

Nota 6 - Passivo

Essa Classe subdivide-se nos grupos abaixo:

Tabela 14 - Passivo – Composição do INSS

Passivo	R\$				
	1º Trimestre 2022	AV(%)	2021	AV(%)	AH(%)
Passivo Circulante	90.441.986.382,12	60,20	71.157.269.181,41	54,94	27,10
Passivo Não Circulante	59.783.388.088,38	39,80	58.369.977.230,57	45,06	2,42
Total	150.225.374.470,95	100,00	198.148.987.912,53	100,00	15,98

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

A classe do Passivo teve um aumento de 15,98% no primeiro trimestre de 2022 em comparação à 2021, influenciado, em sua maior parte, pelo aumento de 27,10% do Grupo do Passivo Circulante, que representa 60,20% da Classe. O Passivo Não Circulante, que corresponde a 39,80% do Passivo, trouxe uma elevação horizontal de 2,42%.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

Nota 7 - Passivo Circulante

Na tabela a seguir, é demonstrado um quadro comparativo dos subgrupos do Passivo Circulante entre o primeiro trimestre de 2022 e o saldo de dezembro de 2021, apresentando o INSS um saldo de R\$ 90,44 bilhões para este grupo.

Tabela 15 - Passivo Circulante – Composição do INSS

	R\$				
Passivo Circulante	1º Tri 2022	AV(%)	2021	AV(%)	AH(%)
Obr. Trab, Prev.e Ass Pag. CP	4.656.859.516,19	5,15	4.395.429.826,12	6,18	5,95
Forneced. e Contas Pag. Cto. Pzo.	89.431.412,73	0,10	59.438.610,73	0,08	50,46
Obrigações Fiscais Curto Prazo	1.306.349,08	-	1.091.540,96	-	19,68
Provisões a Curto Prazo	19.383,58	-	-	-	-
Demais Obrigações a Curto Pzo.	85.694.369.720,54	94,75	66.701.289.820,02	93,74	28,47
Total	90.441.986.382,12	100,00	71.157.269.181,41	100,00	100,00

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

O aumento do grupo do Passivo Circulante foi influenciado, principalmente, pelo crescimento de 28,47% do Subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo que representa 94,75% do grupo.

O Subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo tem como principal composição os termos de execução descentralizadas – TED, dentre eles, destacam-se o TED entre o INSS e Ministério da Cidadania para execução dos benefícios geridos pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e outras despesas de custeio vinculadas aos benefícios assistenciais.

É importante ressaltar que embora o TED componha o passivo do órgão, o mesmo não representa obrigações financeiras do INSS. A baixa do saldo é realizada diretamente pelo Fundo Nacional de Assistência Social e só pode ser realizado após a prestação de contas do TED.

A tabela a seguir traz as Unidades Gestoras contratantes com valores mais expressivos na rubrica Contas a Pagar Credores Nacionais. A UG da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira concentra o maior valor das operações, 87,21%.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
1º Trimestre de 2022

Tabela 16 - Maiores Unidades Gestoras Contratantes

Unidade Gestora Executora	R\$				AH (%)
	1º Trimestre 2022		2021		
	Total	AV (%)	Total	AV (%)	
Coordenacao De Execucao Orcamentaria E Financ	163.784.112,06	87,21	138.568.408,03	88,23	18,20
Superintendencia Regional Sudeste II	8.156.181,21	4,34	2.564.200,96	1,63	218,08
Superintendencia Regional Norte/Centro-Oeste	3.874.833,73	2,06	3.525.802,14	2,24	9,90
Gerencia Executiva Rio De Janeiro-Centro	3.447.918,75	1,84	3.421.291,26	2,18	0,78
Superintendencia Regional Sul	2.814.744,20	1,50	1.976.908,65	1,26	42,38
Superintendencia Regional Nordeste	2.392.806,53	1,27	1.288.205,86	0,82	85,75
Superintendencia Regional Sudeste I	1.968.302,69	1,05	4.384.672,27	2,79	-55,11
Gerencia Executiva Duque De Caxias	587.069,90	0,31	565.859,90	0,36	3,75
Gerencia Executiva Novo Hamburgo	402.183,88	0,21	402.183,88	0,26	-
Gerencia Executiva Volta Redonda	366.955,07	0,20	364.531,06	0,23	0,66
Total	187.795.108,02	100,00	157.062.064,01	100,00	19,57

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

Nota 8 - Passivo Não Circulante

O INSS apresentou, no primeiro trimestre do exercício de 2022, um saldo de 59,783 bilhões de reais de Passivo Não Circulante, totalizando uma evolução de 2,42% em relação ao exercício de 2021, conforme consta na tabela a seguir.

Tabela 17 - Composição do Passivo Não Circulante

	R\$				
Passivo Não Circulante	1º Tri 2022	AV(%)	1 Tri 2021	AV(%)	AH (%)
Obrig. Trab. Prev. Assist. Pg LP	36.822.162,60	0,06	36.668.618,66	0,06	0,42
Empréstimo e Financ. a LP	59.616.833.838,61	99,72	58.205.621.785,52	99,72	2,42
Fornecedores a LP	99.578.404,42	0,17	99.578.404,42	0,17	-
Demais Obrigações a LP	30.153.683,20	0,05	28.108.421,97	0,05	7,28
Total	59.783.388.088,83	100,00	56.109.099.313,34	100,00	2,42

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

O subgrupo Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo que representa 99,72% do grupo procede de Contratos de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução celebrados entre a União e o INSS, com a interveniência do Banco do Brasil S.A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.751-8 de 20/11/1997, Lei nº 9.639 de 25/05/1998 e Medida Provisória 1.868-18 de 27/08/1999. Esses empréstimos foram destinados a custear o déficit financeiro do INSS. O citado subgrupo apresentou uma variação positiva de 2,42% entre o 1º trimestre de 2022 em relação ao ano de 2021.

Nota 9 - Passivo Contingente

No Passivo Contingente foi previsto o reconhecimento de R\$ 2,87 bilhões conforme tabela abaixo.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

Tabela 18 - Ações Tratadas no Âmbito do INSS

		R\$
Tema	Metodologia de Cálculo	Valor
BPC Idoso	Nota Técnica nº 34/2021/CGPGSP/DIRBEN-INSS	174.465.672,44
BPC Deficiente	Nota Técnica nº 34/2021/CGPGSP/DIRBEN-INSS	2.703.486.566,68
Total		2.877.952.239,12

Fonte: SIAFI.

Nota 10 - Receita da Folha de Benefícios

A Receita da Folha de Benefícios decorre do processo de reconhecimento do direito do segurado que se finaliza com o pagamento do benefício ao segurado. Os pagamentos são realizados por meio das Instituições Financeiras – IFs contratadas.

Até o exercício financeiro de 2009, o INSS realizava despesa, em torno de R\$ 250 milhões anuais para disponibilizar aos segurados os pagamentos junto às instituições financeiras. A partir de janeiro de 2010, o INSS inverteu a ótica e as IFs passaram a remunerar o Órgão por cada benefício pago.

Todo o processo de contratação foi amplamente debatido, por meio de audiências públicas, visando à melhoria e garantindo a transparência necessária. Realizou-se então o processo licitatório que culminou com a anuência e aprovação do modelo pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Inicialmente, o contrato contemplou somente as novas concessões, assim, as instituições financeiras remuneravam o INSS estritamente, no tocante aos valores pagos referentes aos benefícios de novas concessões, não englobando o estoque de benefícios.

Em 2011, novo contrato foi assinado com as IFs, permitindo a cobrança de tarifas também nos pagamentos referentes ao estoque. Desta forma, a receita da folha passou a contemplar 100% da folha de benefícios administrada pelo INSS.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

A receita arrecadada é contabilizada, conforme os códigos de cada leilão: 20029 (1º Leilão nº 07/2009), 20042 (Estoque), 20002 (2º Leilão nº 016/2014) e 28969 (3º Leilão nº 016/2019).

A tabela abaixo demonstra a arrecadação da receita do leilão, por código de recolhimento, no 1º Trimestre dos Exercícios de 2022 e 2021.

Tabela 19 - Receita do Leilão – por Cód. de Recolhimento – 2022 e 2021

	R\$				
Código	1º Tri 2022	AV(%)	1º Tri 2021	AV(%)	AH(%)
20029- 1º Leilão	54.565.453,45	4,95	52.683.058,93	8,34	3,57
20042 - Estoque	240.694.653,79	21,83	17.339.004,90	2,74	1288,71
20002- 2º Leilão	306.526.209,05	27,81	302.255.937,16	47,85	1,41
28969-3º Leilão	500.562.664,47	45,41	259.400.026,61	41,07	92,97
Total	1.102.348.980,76	100,00	631.678.027,60	100,00	74,51

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

O crescimento de 74,51%, na arrecadação do primeiro trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021, deve-se principalmente ao aumento de 1288,71% nas tarifas do Estoque e ao aumento de 92,97% nas tarifas do 3º Leilão, que somados passaram a representar 67,24% do total arrecadado neste primeiro trimestre.

O aumento de 1288,71% na Receita do Estoque (código 20042) se deve a um termo aditivo assinado em junho de 2021, no qual trouxe um reajuste às tarifas de cada lote, o valor médio da tarifa por crédito pago era de R\$ 0,35 até junho de 2021 e passou a ser de R\$ 5,18 a partir de julho de 2021 na vigência deste novo contrato aditivado pelo termo.

Dessa maneira, a arrecadação média mensal, referente ao contrato do estoque, que foi de 5,78 milhões de reais durante o primeiro trimestre de 2021 passou a ser de 80,23 milhões de reais no primeiro trimestre de 2022.

O aumento de 92,97% na Receita do 3º Leilão (28969) decorreu do aumento do número de concessões ocorridas ao longo do ano de 2021 e durante o primeiro trimestre de 2022.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

Nota 11 - RPV e Precatórios

O pagamento de Precatórios decorrente de ações movidas contra o INSS, advindos da Justiça Federal, é realizado diretamente pelos Tribunais Regionais Federais – TRFs.

Em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União, a obrigação a pagar com sentenças judiciais pelos órgãos da Justiça Federal é registrado no INSS e as despesas com sentenças judiciais, executadas pelos Tribunais Federais, são apropriadas diretamente nas despesas de Classe 3 (variações patrimoniais diminutivas).

Tabela 20 - Provisão de Precatórios – Tribunais Federais

R\$

Conta Contábil	Valor Provisionado para 2022
Benefícios Previdenciários - Precatórios	1.468.086.092,02

Fonte: SIAFI 2021.

Tabela 21 - Despesas Patrim. de Precat. e Requis. Pequeno Vr. Trib. Fed. – 1º Tri 2022

R\$

Conta Contábil	VPD – 1º Trimestre 2022
Sentenças Judiciais – Pessoal Ativo – RPPS	4.011.313,37
Sentenças Judiciais – Benefícios a Pessoal	198.081,25
Sentenças Judiciais - Aposentadorias – RPPS	7.221.425,56
Sentenças Judiciais – Pensões – RPPS	783.245,48
Sentenças Judiciais - Outros Benef. Prev. – RPPS	310.078,72
Sentenças Judiciais - Outros Benef. Assistenciais	2.496.789,57
Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros - PF	10.105.298,03
Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros - PJ	609.820,41
Total	25.736.052,39

Fonte: SIAFI 2022.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

Os Tribunais Federais são responsáveis pelos lançamentos de RPVs e Precatórios Federais. Já o INSS realiza apenas o acompanhamento dos registros e, neste sentido, limita-se a uma análise de classificação contábil verificando a consistência do registro de modo a garantir que a classificação contábil seja adequada à finalidade.

Nota 12 - Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP)

O principal objetivo da DVP é apurar o resultado patrimonial do período, confrontando as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

A tabela abaixo apresenta os maiores grupos de Variações Patrimoniais Aumentativas, referente ao primeiro trimestre dos exercícios de 2022 e 2021.

Tabela 22 - Maiores Grupos de Variações Patrimoniais Aumentativas

VPA	R\$				
	1º Trimestre 2022	AV (%)	1º Trimestre 2021	AV (%)	AH(%)
Transf. e Deleg. Recebidas	200.409.512.132,73	99,37	191.300.824.967,13	99,52	4,76
Exploração, Venda Bens, Serv. e Dir.	1.104.705.985,90	0,55	635.248.153,37	0,33	73,90
Outras Variaç. Patrim. Aumentat.	136.437.654,67	0,07	237.705.074,18	0,12	(42,60)
Demais Grupos de VPA	34.600.368,95	0,02	41.291.807,28	0,02	(16,21)
Total	201.685.256.142,25	100,00	192.215.070.001,96	100,00	4,93

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

Transferências e Delegações Recebidas

Tabela 23 - Transferências e Delegações Recebidas

	R\$				
Subgrupo	1º Trimestre 2022	AV (%)	1º Trimestre 2021	AV (%)	AH (%)
Transferências Intragovern.	200.404.419.214,94	100,00	191.298.527.413,55	100,00	4,76
Outras Transf. e Deleg. Receb.	5.092.917,79	-	2.297.553,58	-	121,97
Total	200.409.512.132,73	100,00	191.300.824.967,13	100,00	4,76

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

O subgrupo Transferências Intragovernamentais tem origem em transferências de recursos decorrentes de envios financeiros de órgãos da administração pública e por sub-repasses ocorridos entre as Unidades Gestoras do mesmo órgão, destinados a atender as despesas de custeio de LOAS, BPC/RMV e do FRGPS. Se comparado com o 1º trimestre de 2021, o subgrupo apresentou um acréscimo de 4,76%, atingindo o montante de R\$ 200,40 bilhões, mantendo assim quase a totalidade do Grupo.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Tabela 24 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

	R\$				
Subgrupo	1º Trimestre 2022	AV (%)	1º Trimestre 2021	AV (%)	AH(%)
Expl. de Bens, Dir. e Prest. de Serviços	1.104.705.985,90	100,00	635.248.153,37	100,00	73,90
Total	1.105.705.985,90	100,00	635.248.153,37	100,00	73,90

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

O grupo em análise é constituído pelo subgrupo de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços, que decorre das variações patrimoniais aumentativas de Alugueis, Taxas de Uso de Imóveis e do Leilão da Folha de Pagamento de Benefícios, o qual demonstrou uma evolução de R\$ 469,46 milhões, resultando no avanço horizontal de 73,90% em relação ao 1º trimestre de



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

2021, podendo ser justificado pelo aumento das receitas do Leilão da Folha de Pagamento de Benefícios tema detalhado na Nota 10.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Tabela 25 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

	R\$				
Subgrupo	1º Trimestre 2022	AV (%)	1º Trimestre 2021	AV (%)	AH(%)
Diversas Var. Patrim. Aument.	135.891.238,52	99,60	237.078.429,65	99,74	(42,68)
Reversão Prov. e Ajuste de Perdas	546.416,15	0,40	626.644,53	0,26	(12,80)
Total	136.437.654,67	100,00	237.705.074,18	100,00	(42,60)

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

Nesse Grupo, as Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas é o subgrupo de maior relevância, composto por Multas Administrativas, Indenizações, Restituições e Ressarcimentos. No período em análise, esse subgrupo demonstrou uma retração de 42,68% em comparação ao mesmo período de 2021, devido à redução de valores devolvidos em decorrência dos acertos de contas de saldos de benefícios previdenciários e assistenciais, não pagos pelas instituições financeiras.

Variações Patrimoniais Diminutivas

A tabela abaixo apresenta os maiores grupos de Variações Patrimoniais Diminutivas, referente ao primeiro trimestre dos exercícios de 2022 e 2021.

Tabela 26 - Maiores Grupos de Variações Patrimoniais Diminutivas

	R\$				
VPD	1º Trimestre 2022	AV (%)	1º Trimestre 2021	AV (%)	AH(%)
Transf. e Deleg. Concedidas	172.818.695.840,99	80,57	172.109.454.431,76	82,48	0,41
Benefícios Prev. e Assistenciais	20.146.274.822,16	9,39	18.109.933.134,04	8,68	11,24
Desval. e Perdas Ativ. e Incorp. Pas.Trib.	18.940.987.274,50	8,83	16.952.498.458,22	8,12	11,73
Demais Grupos de VPD	2.595.306.157,50	1,21	1.489.527.367,81	0,71	74,24
Total	214.501.264.095,15	100,00	208.661.413.391,83	100	2,80

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

Tabela 27 - Transferências e Delegações Concedidas

	R\$				
Subgrupo	1º Trimestre 2022	AV (%)	1º Trimestre 2021	AV (%)	AH(%)
Transf. Intragovernamentais	172.813.140.719,54	100,00	172.106.873.539,55	100,00	0,41
Outras. Transf. e Deleg. Conc.	5.478.465,99	-	2.476.322,93	-	121,23
Transferências ao Exterior	76.655,46	-	104.569,28	-	(26,69)
Total	172.818.695.840,99	100,00	172.109.454.431,76	100,00	0,41

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

O grupo em questão registra os recursos decorrentes de execução orçamentária e independentes de execução orçamentária, de bens e valores referentes às transações intragovernamentais e intergovernamentais.

O subgrupo Transferências Intragovernamentais apresentou uma evolução horizontal de 0,41 em relação ao 1º trimestre de 2021. No subgrupo em análise, são registrados os repasses para o FRGPS para pagamento de benefícios previdenciários, Compensações Previdenciárias-COMPREV, RPVs e Precatórios de Benefícios Previdenciários.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Tabela 28 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

	R\$				
Subgrupo	1º Trimestre 2022	AV (%)	1º Trimestre 2021	AV (%)	AH(%)
Benef. de Prest. Continuada	18.486.531.143,25	91,76	16.426.020.255,66	71,79	12,54
Aposentadorias e Reformas	1.182.613.141,90	7,47	1.193.453.393,26	6,59	(0,91)
Pensões	468.078.381,39	2,32	478.410.737,44	2,64	(2,16)
Outros Benef. Prev. e Assist.	9.052.155,32	0,04	12.048.747,68	0,07	(24,87)
Total	20.146.274.822,16	100,00	18.109.933.134,04	100,00	11,24

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

O subgrupo Benefícios de Prestação Continuada é o que possui maior relevância, atingindo 91,76% do total do Grupo em questão, e se comparado ao 1º trimestre de 2021, demonstra um



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

incremento horizontal de 12,54%, justificado, em parte, pelo reajuste do salário-mínimo concedido pelo Governo Federal de 10,16%, por meio da medida Provisória 1.091/2021, e do crescimento nas concessões de benefícios.

Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo Tributário

Tabela 29 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo Tributário

	R\$				
Subgrupo	1º Trimestre 2022	AV (%)	1º Trimestre 2021	AV (%)	AH(%)
Incorporação de Passivos	18.935.834.817,94	99,97	16.947.552.445,08	99,97	11,73
Reav. Red. Valor Rec. Ajust. p/ Perdas	3.276.881,85	0,02	3.518.690,41	0,02	(6,87)
Desincorporação de Ativos	1.134.105,89	0,01	1.427.255,13	0,01	(20,54)
Perdas Involuntárias	741.468,82	-	67,60	-	1.096.747,37
Total	18.940.987.274,50	100,00	16.952.498.458,22	100,00	11,73

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

O grupo das VPDs denominado Des valorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo Tributário demonstrou um avanço de 11,73% se confrontado com o mesmo período de 2021, devido, principalmente, ao registro dos TEDs (Termo de Execução Descentralizada), destinados ao pagamento de LOAS, efetuado pelo Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania, lançados no subgrupo Incorporação de Passivos.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, sendo que o valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial-BP.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
1º Trimestre de 2022

Tabela 30 - Resultado Patrimonial do Período

	R\$
DVP	2022
Variações Patrimoniais Aumentativas	201.685.256.142,25
Variações Patrimoniais Diminutivas	214.501.264.095,15
Resultado Patrimonial do Período (VPAs-VPDs)	(12.816.007.952,90)

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

Tabela 31 - Análise do Resultado Patrimonial do Período

	R\$		
DVP	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	AH(%)
Resultado Patrimonial do Período	(12.816.007.952,90)	(16.446.343.389,87)	22,07

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

A Demonstração das Variações Patrimoniais apresentou um resultado patrimonial do período com redução no déficit de 22,07%, se comparado ao 1º trimestre de 2021, atingindo um montante de R\$ 12,816 bilhões, podendo ser justificado pelo registro de TED (Termo de Execução Descentralizada) no subgrupo de VPD, incorporação de passivos.

COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL